

# **CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: EFICÁCIA DOS MEIOS DE FISCALIZAÇÃO DOS INQUÉRITOS POLICIAIS SOBRE CVLI PRESIDIDOS PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 2022 E 2025**

**EXTERNAL CONTROL OF POLICE ACTIVITY AND PUBLIC  
POLICIES: EFFECTIVENESS OF OVERSIGHT MECHANISMS  
OVER POLICE INVESTIGATIONS ON INTENTIONAL LETHAL  
VIOLENT CRIMES (CVLI) CONDUCTED BY THE JUDICIAL  
POLICE OF THE STATE OF GOIÁS BETWEEN 2022 AND 2025**

Fábio Henrique Amorim Naves<sup>1</sup>

Submissão em: 12/11/2025

Aprovado em: 12/12/2025

Publicado em: 31/12/2025

**RESUMO:** O desafio da eficácia na persecução penal, especialmente diante da alta incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Brasil, exige novas métricas de accountability. Este estudo propõe um modelo objetivo para mensurar a eficácia do controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público (MP). A metodologia quantitativa analisará uma amostra estratificada (N=2.798) de IPs sobre CVLI instaurados de 2022 a 2025 em seis municípios goianos de alta violência. A eficácia é operacionalizada por um sistema de pontuação multidimensional, integrando a suficiência probatória, o desfecho jurídico conclusivo (Denúncia, ANPP ou Arquivamento) e a celeridade processual. Resultados iniciais demonstram a viabilidade do modelo via Painel BI, fornecendo subsídios concretos para aprimorar as políticas de segurança pública, bem como a atuação do MP no sentido da garantia do direito fundamental à segurança pública.

**Palavras-chave:** Ministério Público; Controle Externo; Eficácia Investigativa; Políticas Públicas; Amostragem Estratificada.

**ABSTRACT:** The challenge of effectiveness in criminal prosecution, particularly in the context of the high incidence of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI) in Brazil, requires new accountability metrics. This study proposes an objective model to measure the effectiveness of the external control of police activity exercised by the Public Prosecutor's Office (MP). The quantitative methodology analyzes a stratified sample (N=2,798)

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); Pós-graduado em Direito Público pela Faculdade Anhanguera de Anápolis. Mestrando em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: fabiohenriqueamorim@gmail.com

of police investigations related to CVLI initiated between 2022 and 2025 in six municipalities in the state of Goiás characterized by high levels of violence. Effectiveness is operationalized through a multidimensional scoring system integrating evidentiary sufficiency, conclusive legal outcomes (Indictment, Non-Prosecution Agreement, or Case Dismissal), and procedural timeliness. Initial results demonstrate the feasibility of the model through a Business Intelligence (BI) dashboard, providing concrete evidence to improve public security policies and strengthen the role of the Public Prosecutor's Office in guaranteeing the fundamental right to public safety.

**Keywords:** Public Prosecutor's Office; External Control; Investigative Effectiveness; Public Policies; Stratified Sampling.

## INTRODUÇÃO

O sistema de justiça criminal brasileiro é desafiado pela persistência da violência letal e pela necessidade de otimizar a persecução penal. A fase do inquérito policial (IP) é crucial, mas frequentemente marcada por morosidade e carência de indicadores de qualidade (Goldfinger, 2019). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022) atestam a urgência da discussão, indicando que a ineficácia investigativa compromete a formação da opinio delicti do Ministério Público (MP), fragilizando a credibilidade do sistema.

Nesse contexto, o controle externo da atividade policial, atribuído ao MP pelo Art. 129, VII, da Constituição Federal, emerge como um mecanismo vital para injetar celeridade e qualidade nas investigações (Ávila, 2020). A Resolução CNMP n. 279/2023 reforça essa inflexão, estabelecendo que o controle deve atentar para a celeridade e a eficácia da investigação criminal. A atuação ministerial, portanto, não pode se restringir à fiscalização formal, mas deve envolver um acompanhamento que garanta a efetividade da resposta estatal aos crimes graves (Corrêa; Coutinho, 2019).

A presente pesquisa é motivada por desafios identificados no Procedimento de Correição Extraordinária sobre Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Ministério Público do Estado de Goiás, conduzida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, que apontou altos índices de procedimentos com prazo vencido e diversidade de métodos de acompanhamento. Essa lacuna institucional observada em relação à mensuração da eficácia impulsiona o estudo.

O objetivo deste trabalho é propor e aplicar um modelo objetivo para a mensuração da eficácia investigativa dos IPs sobre CVLI, presididos pela Polícia Judiciária do Estado de Goiás entre 2022 e 2025, de modo a oferecer subsídios concretos para o aprimoramento das práticas de controle externo e a formulação de políticas públicas de segurança baseadas em evidências.

## METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem de pesquisa empírica em direito, de natureza aplicada, com predominância quantitativa, estando inserido na área de concentração "Direito da Administração e das Políticas Públicas". O foco é a avaliação da eficácia do controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público em inquéritos de CVLI.

O universo de interesse é de 2.798 procedimentos, obtidos a partir de um universo inicial de 334.983 registros no sistema de gestão processual Atena (MPGO), via Painel de Controle de Tramitação de Inquéritos Policiais (ferramenta de *Business Intelligence* - BI). Os filtros aplicados foram: Assunto relacionado aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI); Data de instauração a partir de 2022; e Abrangência geográfica nos 6 municípios de Goiás com maiores indicadores de violência (Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Águas Lindas, Luziânia e Senador Canedo), conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022).

Para garantir a fidedignidade amostral do universo de 2.798 procedimentos, a coleta de dados é realizada em duas etapas sequenciais:

- Estudo Piloto: Será realizada uma amostra piloto de, no mínimo, 32 procedimentos (alocação proporcional). Esta etapa é obrigatória para calibrar o instrumento de coleta de 51 variáveis (validando critérios de codificação, como a classificação manual dos "Homicídios" genéricos - Protocolo de Validação Tipológica), e para obter uma estimativa inicial da variância da variável "tempo de tramitação", parâmetro indispensável para o cálculo do tamanho amostral definitivo (Fachin, 2017).
- Amostragem Estratificada Proporcional por Ano: A amostra definitiva será extraída de forma estratificada por ano de instauração (2022, 2023, 2024, 2025), com alocação proporcional ao tamanho de cada estrato. Esta técnica minimiza o erro amostral e a variância (Cochran, 1977), sendo crucial para capturar a heterogeneidade temporal e as mudanças na gestão institucional ao longo do período analisado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados iniciais da pesquisa indicam que a principal contribuição prática reside na própria instrumentalização do controle externo por meio do Painel BI. A ausência de padronização nos métodos de acompanhamento dos IPs em Goiás foi um achado da Correição do CNMP. O Painel BI, ao consolidar o universo de 334.983 registros e permitir a filtragem precisa para o universo de 2.798 IPs de CVLI, provê ao MP uma ferramenta

inédita de monitoramento proativo, superando as limitações do controle meramente cartorial (Rodrigues, 2022).

O modelo de eficácia multidimensional é a proposta analítica central. Ao ir além do conceito limitado de eficácia (apenas cumprimento de prazo), o modelo busca integrar a qualidade da instrução.

Este modelo instrumentalizaria o Ministério Público para exercer sua prerrogativa de "direção mediata" (Ávila, 2020), que se conecta à titularidade da ação penal e exige o controle da eficiência da investigação criminal. A intervenção ministerial proativa garante que a atividade investigativa não se disperse e seja eficiente em obter as informações necessárias para o sucesso da futura ação penal (Ávila, 2020). A abordagem quantitativa e o foco em indicadores de resultado e celeridade se alinham à necessidade de Avaliação de Políticas Públicas (PPs) de segurança.

O estudo indica que a distribuição tipológica dos CVLI nos seis municípios de maior violência reflete o perfil estadual, reforçando a validade externa do recorte geográfico. A metodologia, com a utilização da Análise de Sobrevivência para mapear gargalos temporais e das Árvores de Regressão para identificar preditores de eficácia, permite que a discussão transcenda a descrição do problema, estabelecendo relações causais complexas. Isso garante que os resultados não apenas dialoguem com a literatura jurídica (Badaró, 2020) sobre a suficiência da prova, mas também com a literatura de políticas públicas (Sano; Montenegro Filho, 2013) sobre a aferição de desempenho, apontando caminhos concretos para a gestão da segurança pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo busca propor um modelo objetivo para mensurar a eficácia do controle externo da atividade policial, integrando as dimensões de qualidade (suficiência probatória), resultado (desfecho conclusivo) e celeridade.

A contribuição prática mais imediata reside na entrega do Painel BI com os dados principais dos procedimentos relacionados aos inquéritos policiais, bem como na proposta de definição das análises aplicáveis e dos indicadores que instrumentalizam o Ministério Público de Goiás para o exercício de uma fiscalização proativa e baseada em dados, qualificando a accountability do sistema de justiça criminal.

A metodologia de amostragem estratificada e o rigor na calibração do instrumento de coleta, com a inclusão de um Protocolo de Validação Tipológica, visam garantir a robustez estatística e a fidedignidade da amostra de 2.798 inquéritos.

Pretende-se, para a próxima fase da pesquisa, a aplicação de modelos avançados como a Análise de Sobrevivência e o Qualitative Comparative Analysis (QCA), para identificar as combinações de fatores contextuais (recursos humanos, complexidade) que são necessárias e suficientes para determinar o sucesso ou insucesso investigativo.

Contudo, o estudo possui limites em seu recorte temporal e geográfico (2022-2025 e 6 municípios goianos, com base nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, referentes ao ano de 2022).

Assim, para estudos futuros, sugere-se a expansão da aplicação do modelo de eficácia para outras tipologias criminais e a criação de variáveis que capturem a qualidade da prova penal sob o ponto de vista do Judiciário, após o oferecimento da denúncia.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Controle externo de atividade policial pelo Ministério Público: fundamentos e áreas de atuação**. Enciclopédia Jurídica da PUCSP, Tomo Processo Penal, Edição 1, 2020.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 8. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2020.

COCHRAN, William G. **Sampling techniques**. 3. ed. New York: Wiley, 1977.

CORRÊA, Thiago Pinheiro; ALMEIDA COUTINHO, Nilton Carlos de. O Ministério Público Brasileiro Enquanto Instituição De Police Oversight: Controle Externo Da Atividade Policial, Direitos Humanos E O Conceito De Investigação Criminal Efetiva. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 73–84, 2019.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. p.l. ISBN 9788502636552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502636552/>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022**. Indicadores para subsidiar a focalização do Pronasci 2.

GOLDFINGER, Fábio Ianni. **O Papel do Ministério Público nas Investigações Criminais no Mundo Moderno**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

RODRIGUES, Thiago Soares. O controle externo da atividade policial: entre a efetividade da persecução penal e a proteção de direitos fundamentais. **Revista do CNMP**, v. 6, n. 1, 2022.

SANO, Hironobu; MONTENEGRO FILHO, Mário Jorge França. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. **Desenvolvimento em Questão**. Vol. 11, núm. 22, p. 35-61. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, Brasil, 2013.